ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA PRESTAÇÃO DE ESCLARECIMENTOS SOBRE A POSSÍVEL PERDA DO TÍTULO DE ESTÂNCIA TURÍSTICA DA CIDADE DE POÁ COM A PRESENÇA DO SECRETÁRIO DE TURISMO

No décimo sexto dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte um, às 10h30min. no Plenário Vereador Osvaldo Leite Dantas da Câmara Municipal da Estância Hidromineral de Poá, teve início a audiência pública da comissão de cultura e turismo da Câmara Municipal presidida pelo Vereador Fabrício Brasa Chopp, Presidente da Comissão. A audiência contou com a presença da Vereadora Patrícia Bin, Secretária da Comissão, o Vereador Rogério Mathias, o Vereador Lucas Lerrari, do Senhor Secretário de Turismo Ariel Borges e equipe técnica, composta pelo Chefe de Gabinete da Prefeita, Sr. Bruno Kim e Afonso Xiol. Dando início aos esclarecimentos, o Secretário Municipal agradeceu, inicialmente, a oportunidade de expor a verdade e o real motivo que pode levar à perda do título de estância turística da cidade de Poá. Asseverou que tão logo que assumiu suas atribuições na Secretaria de Turismo realizou o levantamento de todas as informações e documentos, mas pouco foi encontrado a sua disposição, em que pese ter procurado o ex-secretário de turismo. Obteve informação, no dia quatro de setembro de 2021, pelo diário oficial do Estado de São Paulo, que foi protocolado o projeto de lei nº 582/2021 na Assembleia Legislativa de São Paulo, propondo a retirada da cidade de Poá do rol de cidades turística. Imediatamente acionou o Chefe de Gabinete da Prefeita, Sr. Bruno Kim, e a própria Prefeita para iniciar o planejamento de ação. Sugeriu que fosse montado um grupo de crise para tratar especialmente desse problema. Após sucessivas reuniões, inclusive no feriado de sete de setembro, constatou-se algumas falhas que levaram a possível perda do título de estância turística. Diversas reuniões foram feitas com Deputados, inclusive o Deputado Estevão Galvão, Edmir Chedid, Marquinhos Presidente Aprecesp (Associação das Prefeituras das Cidades Estância do Estado de São Paulo). Falando dessa Associação, registrou que o Município de Poá não paga ela desde 2018. Em levantamento, verificou-se que existe um valor em aberto de 2015. Com essa inadimplência, Poá não tem poder de voto e de apresentação de projetos nessa Associação. E essa Associação é muito importante, pois ela ajuda no diálogo com o governo do Estado, com a Setur (Secretaria de Turismo do Estado de São Paulo), Dadetur (Departamento de Apoio ao Desenvolvimento dos Municípios Turísticos). Com esses débitos em aberto, o Município fica inativo e não pode realizar nenhum projeto na Associação. Inclusive, houve uma reunião nessa Associação em que compareceu e foi falado que a presença da cidade de Poá será apenas como figurante, como participante, pois não tem direito a voto. Além disso, soube por intermédio da Aprecesp que a gestão municipal anterior não era atuante nos trabalhos da Associação. A atual gestão está tentando rever e negociar o débito, pois eram pagos cinco mil reais por mês, totalizando o débito de cem mil reais, fora o débito de 2015. Então a atual Secretaria de Turismo tem se empenhado sim. Lamentou a falta dos demais Vereadores presente na audiência pública. Ponderou que a organização da estrutura administrativa de sua pasta não é um mero departamento, mas é

verdadeiramente uma Secretaria de Turismo e tem o compromisso de fomentar o turismo, de se doar e colocar a casa em ordem. Apesar de fazer quase um ano à frente da Secretaria, ressaltou que praticamente começou seu trabalho do zero. A respeito do Conselho Municipal de Turismo (Comtur) asseverou que estava parado e era apenas consultivo. Atualmente houve uma mudança para tornar esse Conselho mais ativo e houve a alteração legal para torna-lo deliberativo, fiscalizador e consultivo. Além disso, o Comtur hoje conta com a participação da sociedade civil e é paritário, ou seja, com participação em igualdade entre sociedade civil e poder público com alternância de presidência. A Secretaria tem ido atrás de novos projetos, inclusive com programação para ir a Brasília para conversar com o Ministério do Turismo e obter novos recursos e conseguir novos projetos e investir no balneário. No tocante ao balneário registrou que essa obra está a passos lentos, mas a empresa já foi notificada para retomar o ritmo e agilidade adequada da obra. Acerca do projeto de lei que ameaça a retirada do título de estância turística de Poá, afirmou que a gestão conseguiu que o Deputado Edmir Chedid apresentasse um projeto substitutivo. Além disso, há dezesseis emendas, e dentre elas, há quatro emendas que tentam manter o título à Poá. Então a Secretaria de Turismo Municipal está ativa, ao contrário do que foi dito na última sessão da Câmara de Vereadores de Poá. Passada a palavra ao Sr. Afonso Xiol que fez uma apresentação técnica acerca dos problemas diagnosticados pela atual gestão municipal. Em primeiro lugar explicou que separou a apresentação em cinco tópicos, e o primeiro tratou da lei de ranqueamento das estâncias turísticas do Estado de São Paulo, Lei Complementar 1.261/2015. O segundo trata da plataforma estadual intraturismo que foi criada em 2019 e trata do ranqueamento das estâncias e municípios de interesse turístico. O terceiro versa sobre o histórico de aplicação dos recursos de turismo que foi questionamento do Dadetur e seu diretor. O quarto, a proposta de lei revisional dos títulos de estâncias turísticas, que deveria acontecer em 2018, pois aconteceria a cada três anos, mas não ocorreu devido ao período eleitoral, e acabou acontecendo neste ano de 2021. E por último, as emendas e substitutivos ao Projeto de Lei 582/2021. Acerca do primeiro item, explicou que a lei de ranqueamento condiciona o repasse de verbas às estâncias turísticas a uma série de requisitos para que o Município não sofra o rebaixamento de seu título para a classificação de Município de Interesse Turístico e consequentemente perca as respectivas verbas. Poá, se perder o título de estância turística perde aproximadamente uma receita anual de dez milhões de reais, isto com o orçamento cheio. Atualmente, com o contingenciamento de orçamento, essa quantia é de aproximadamente quatro milhões e meio. A lei ainda determina que a cidade estabeleça uma vigência máxima do plano direito e uma revisão a cada três anos. Além disso, é imperioso que o Conselho Municipal de Turismo seja ativo. Como o Secretário bem lembrou, recentemente o Comtur de Poá foi contemplado com a função de deliberação, como determina a respectiva lei. A despeito do rebaixamento, explicou que a lei estabelece um critério de classificação das três melhores cidades em melhor situação de pontuação que detém o título de Município de Interesse Turístico para que alcancem o título de estância turística. E as três piores cidades que detém o

título de estância turística e que tem as piores pontuações são rebaixadas para Município de Interesse Turístico. Em agosto de 2019 foi gerada a plataforma para que os Município prestassem contas das atividades turísticas e fosse apurada a pontuação deles. Nessa plataforma, poderiam ser incluídos dados dos anos de 2019, 2018 e 2017. O Estado de São Paulo disponibilizou seis datas para que os Municípios pudessem inserir os dados turísticos e findando em quatro de outubro de 2020, ou seja, houve um prazo de quase um ano para que as informações fossem lançadas nessa plataforma digital. Atualmente a plataforma não permite o cadastramento ou alteração de quaisquer informações turísticas de Poá. Dentro da plataforma existem abas que foram preenchidas irregularmente, por exemplo, citou informações erradas lançadas no tópico de infraestrutura ferroviária onde a gestão anterior apontou que a cidade de Poá é servida da linha férrea número um da CPTM, mas como todos sabem a cidade é atravessa pelas linhas onze e doze da CPTM. Lembrando que essa plataforma é a responsável por gerar o ranqueamento e pontuação de todos os Municípios, correndo o risco de perder o título de estância. Outro item preenchido de forma equivocada foi aquele que se refere aos dados econômicos e de planejamento do turismo municipal. Nesse item, apontou-se que Poá não gerou receitas, ações de marketing e empregos relacionados ao turismo. Contudo, ocorreram sim eventos turísticos nesse período, a saber, a festa Expoá 2019 em que cinquenta mil pessoas a visitaram em quatro dias, e que a maioria dos expositores dessa festa venderam mais de noventa por cento dos seus produtos. Além disso, Poá conta com atrativos de artesanatos e trabalhos manuais, o que também não foi inserido na plataforma. A gestão anterior registrou uma consideração final na plataforma explicando as inconsistências das informações, justificando que houve quatro trocas de Secretários Municipais e que tinha disponível somente o plano diretor e outras informações que "corremos atrás", demonstrando que o devido cuidado e importância não havia sido dado pela gestão anterior no preenchimento desta plataforma. No tocante ao tema da aplicação dos recursos de finalidade turística, o Sr. Afonso assinalou que tais recursos são de aplicação obrigatória em fomento e valorização da infraestrutura turística. Registrou também que para se garantir o título de estância turística é preciso que haja atrativos turísticos perenes que tenha descolamento intermunicipal de pessoas. Ocorre que, o próprio Dadetur apontou que a gestão anterior aplicou tais recursos, na ordem de sete milhões e seiscentos mil reais, de forma indevida na construção do CSI (Centro de Segurança Integrada), revitalização das Av. Deputado Castro de Carvalho, fase um e dois, Av. Getúlio Vargas e Av. Nossa Senhora de Lurdes. É somente no caso de consolidação dos atrativos turísticos é que a cidade pode aplicar os recursos em vias de acesso aos atrativos. Essa aplicação irregular bastaria para concluir o tão sonhado balneário dando início às atividades de uso do spa e das piscinas, conseguindo fazer tratamentos médicos com a nossa água de propriedades radioativas, atraindo turistas às piscinas com a água mineral vinda da fonte áurea através de um acordo com os responsáveis que administram a fonte áurea onde o excedente de água seria destinado à prefeitura sem nenhum custo. A despeito do item quatro, ou seja, do projeto de lei número 582/2021 que foi publicado num sábado de

feriado. Entretanto, reclama que não existiu transparência no ranqueamento e atribuição dos pontos, pois não há regramento legal devidamente normatizado, bem como a impossibilidade de Poá não conseguir acessar a sua própria pontuação e dos demais municípios. Uma das providências tomadas por Deputados aliados foi a apresentação de uma emenda ao projeto de lei para que não haja rebaixamento de nenhuma cidade. Também houve a apresentação de um projeto de lei substitutivo, de autoria do Deputado Edmir Chedid, com o apoio da Aprecesp, para acrescentar mais dez municípios aos atuais setenta detentores do título de estância turística, de modo que Poá não saísse prejudicada. Esse projeto de lei substitutivo, salvo engano, obteve a adesão de oito Deputados. Tudo isso já foi distribuído para duas comissões da Assembleia e tem o prazo máximo de quatorze de outubro pra entrada na ordem do dia. Mas o Município e todos os interessados estão em busca de articulações políticas para que ajude a cidade a manter esse título de estância. Ao final da manifestação, a Vereadora Patrícia Bin tomou a palavra e lamentou a ausência de alguns Vereadores, inclusive aqueles que estiveram na última sessão da Casa. Parabenizou o Presidente da Comissão de Turismo da Câmara pela convocação da presente audiência, pois o motivo dela é apresentar à população a verdade agir com total transparência. Além disso, ponderou que, talvez, a falta de fiscalização de antigos Vereadores permitiu a ocorrência dessa situação. Após a Vereadora pedir ao Secretário que respondesse a algumas reclamações de Vereadores acerca de uma suposta falta de aproximação do governo municipal com o estadual, este respondeu que essa articulação com o governo estadual existe sim e que tão logo que soube da existência do projeto de lei solicitou uma reunião com o governo estadual. Aduziu que essa reclamação foi feita por quem não acompanhou o noticiário acerca da existência dessa reunião. A Vereadora retomou a palavra falando que esteve com o Deputado Rafa Zimbaldi, que também assinou o projeto de lei substitutivo para beneficiar Poá, e soube que a votação do projeto de lei 582/2021 está prevista para acontecer até o dia vinte e sete de setembro. Ato contínuo, questionou o Secretário acerca dos motivos que levaram Poá a ser considerada uma estância turística, pois muitos adolescentes desconhecem a história de Poá nesse aspecto. O Secretário respondeu que Poá recebeu o título na década de setenta em função da existência de um balneário e era custeado pelo governo federal. Em 1997 passou para a administração municipal. Contudo, esse balneário antigo foi demolido dando lugar ao atual balneário que está em fase de obras. O título de estância hidromineral se deve a existência de oito fontes de água mineral, em média. Hoje, se alguém perguntar se existe turismo em Poá, é obrigado a reconhecer que de fato não existe turismo. Então, está preocupado com essa situação, e se não for usado o recurso específico para o turismo corremos o risco de perde-los ou devolve-los. Além disso, Poá é a única cidade do Brasil que possui uma água mineral com propriedades medicinais e tem potencial turismo, até com cultura e não somente com a água. Também lembrou da figura do Padre Eustáquio que é muito importante, que possui uma história muito rica que deve ser usada. O Presidente da Comissão questionou o Secretário se é legal a utilização de verbas com finalidades turísticas em outras áreas, como, por exemplo, o recapeamento de avenidas. O Sr.

Afonso respondeu que isso somente poderia ocorrer se já houvesse atrativo turístico consolidado, ou seja, se já houvesse uma estrutura turística efetiva e consolidada, o que não ocorre no caso da cidade de Poá. Inclusive, o Datetur já se manifestou que não irá mais autorizar o gasto das verbas estaduais em outras áreas senão em turismo. Após, o Sr. Vereador Rogério Mathias, iniciou sua participação fornecendo exemplos de outras cidades para justificar que é necessário que Poá foque naquilo em que se identifica, e no caso de Poá, o turismo de Poá e religioso. Mas que governos passados não se preocuparam com essa situação. E agora a situação se agravou. Registrou que a verba de turismo, empregada na revitalização asfáltica, não podia ter sido usada dessa forma. Expressou que acha praticamente impossível impedir que as outras três cidades subam de classificação para receber o título de cidade turística. Portanto, uma sugestão seria apenas acrescentar mais cidades como estância turística de modo que nenhuma perdesse esse título. Em seguida, perguntou ao Secretário sobre a celeridade das obras do balneário. Em resposta, aduziu que a obra está em andamento e nunca esteve parada. Mas, em função da pandemia, estava com número de funcionários reduzidos. Porém, está cobrando a empresa para que retome o ritmo normal da obra. O Vereador replicou afirmando que tem conhecimento de sabe que existem poucos funcionários trabalhando no local e que está insistindo e aguardado a resposta de seu pedido para poder visitar a obra. Em resposta, o Sr. Afonso respondeu que é gestão da obra desde fevereiro de 2021, e que a assumiu quase paralisada com quadro de funcionários reduzidos. Assim, a empresa foi notificada várias vezes para retomar o ritmo da obra. A Empresa responsável pela obra vem atendendo ao pedido lentamente e se comprometeu a empregar um número aceitável de funcionários na obra. Outro ponto de suma importância é a dificuldade que a Prefeitura tem para assumir a obra quando estiver concluída, pois é necessário ter uma equipe de vigilância e segurança do local de modo a evitar furtos no local. Então o planejamento da conclusão da obra deve considerar essa dificuldade financeira de alocar uma equipe de segurança no local. Outro fator complicador é a gestão do balneário quando este estiver concluído, pois a Prefeitura não tem condições de assumi-la sozinha, sendo necessário uma parceria com empresas privadas, planejamento que já está em andamento na Secretaria de Turismo. Além disso, asseverou que aproximadamente setenta por cento da execução das obras está concluído, sendo que já existe uma verba separada para ser destinada a conclusão do edifício. Porém, existe a necessidade de execução de mais uma etapa para finalizar o ponto turístico que é fase de construção das piscinas, que também demanda o custo de aproximadamente quatro milhões. Não sabe quanto foi investido ao total da obra. O Presidente da Comissão, Vereador Fabrício, perguntou se será aberta sindicância para se apurar erros da gestão passada. O Sr. Secretário ponderou que preza muito pela transparência e não tem nada a esconder. Portanto, foi aberto sim um processo de sindicância para apurar responsabilidades. A Senhora Secretária Vereadora iniciou a leitura das perguntas e participação da população, iniciando pelas seguintes: Primeira. Por que a atual gestão acabou com a Secretaria de Turismo e deixou somente como diretoria? Respondeu o Senhor Bruno Kim dizendo que não houve o encerramento da

Secretaria de Turismo, ela está operando normalmente com estrutura de Secretaria Municipal. Segunda. A Prefeita não sabe da importância de se ter uma Secretaria de Turismo para gerir receita, principalmente, no período em que o Município vem atravessando? Respondeu novamente afirmativamente, de que a Prefeita sabe sim da importância de se ter uma Secretaria de Turismo, e isso pode ser visto pelo esforço que se está fazendo para que a cidade não perca esse título turístico. Complementou a explicação do Sr. Afonso asseverando que os dez milhões que Poá tem a disposição é referente a um valor máximo que pode ser repassado à cidade em caso de projetos aprovados, mas que não significa que necessariamente esse valor será repassado. Por exemplo, em 2018 e 2020 Poá não teve nenhum projeto aprovado, então não se recebeu nenhum recurso. Terceira. Não é tempo de a administração olhar com muito carinho para o Calendário Municipal de Turismo? O Secretário Municipal respondeu que o Comtur está empenhado em aprovar esse calendário e está em discussão ativa nesse sentido. Quarta. Por que a Festa das Orquídeas e demais festas não são da pasta especificamente do Turismo? Respondeu que a festa faz parte do esforço conjunto de todas as Secretarias Municipais, e em que pese ter uma função principal de promover o turismo, também tem um forte apelo cultural, Secretaria na qual é a formalmente responsável pela festa, mas que tem a intenção de transferir a responsabilidade desse evento e de outros para a Secretaria do Turismo. Quinta. Não será preciso incentivar a iniciativa privada para instalação de hotéis e pousadas para consolidar a Estância Turística? O Sr. Bruno Kim respondeu que o papel da administração pública crie condições para que a iniciativa privada possa investir na infraestrutura turística, mas em Poá, talvez, não houve uma política pública de longa duração para o desenvolvimento do turismo. Mas isto está acontecendo agora nessa gestão para criar tais condições. Ressaltou que existem outras cidades turísticas que também não tem malha hoteleira, por exemplo, Holambra. Essas cidades tem uma dinâmica de turismo diferente de Campos do Jordão, em que as pessoas ficam uma semana hospedadas. Então são diferenças e dinâmicas diferentes. Sexta. Será que é somente a culpa das últimas duas administrações em investimentos de equipamentos turísticos no município. O Secretário disse que é complicado falar sobre esse assunto, pois tudo que é feito lá trás vai respingar em alguém, infelizmente. Apontar o passado é complicado e não gosta de fazer isso. Mas o que foi feito no passado está refletindo hoje. Tem o objeto apenas de resolver os erros do passado. Sétima. Será o risco da perda do título de estância hidromineral o não investimento em equipamentos turísticos e o fortalecimento do comtur que sequer tem uma sala para reuniões. Respondeu o Sr. Afonso que o risco de perda do título existe em várias vertentes. Não só em virtude da má aplicação dos recursos oriundos do Dadetur, como no não atendimento das exigências da Lei Complementar 1.261/2015 que determina que o Comtur precisa ser deliberativo. Em local nenhum menciona que o Comtur precisa ter uma casa ou um local estabelecido para realizar suas reuniões. Oitava. A pergunta é sobre Estância Hidromineral ou Estância Turística. Respondeu que seria Estância Turística, pois não existe mais essa nomenclatura de Estância Hidromineral. Em que pese o nome do Município ainda utilizar o título Hidromineral, para fins de designação

legal e para o Dadetur e para a Setur todas as cidades são Estância Turísticas, conforme a Lei Complementar 1.261/2015. O Sr. Afonso complementou que não há prejuízo algum o Município continuar a utilizar o nome de Estância Hidromineral com a intenção de reafirmar sua vocação turística de fonte de água mineral. Nona. Uma reunião tão importante como essa não deveria ter um chamamento maior, ou seja, com maior prazo para a população ter mais conhecimento e nas mídias locais. A Vereadora Patrícia Bin respondeu que devido a emergencialidade da situação a comissão optou por fazer o breve possível, pois o debate precisava ser feito antes da votação do projeto de lei 582/2021, e esse projeto está em vias de ser votado na Assembleia Legislativa. O Sr. Vagner complementou que o regimento interno prevê que a audiência pública precisa ser publicada com o prazo mínimo de cinco dias. E no presente caso, a publicação nas redes sociais e no site da Câmara foi realizada com quatro dias de antecedência, e somente não foi possível publicar com cinco dias de antecedência, devido ao trabalho dos Vereadores da Comissão junto aos Deputados Estaduais e Políticos. Em todo caso, a população teve ampla oportunidade de participar da presente situação. Décima. A presente audiência não poderia ser de corpo presente em um local amplo seguindo as determinações dos protocolos de saúde. O Sr. Vereador Fabrício asseverou que não é o momento de se fazer uma convocação tão grande, mas tudo o que está discutido e informado está sendo repassado à população. Completou o Sr. Vagner que o plenário da Câmara está com os assentos para o público com metade de restrição dos lugares para evitar aproximação das pessoas. Então se eventualmente a população quiser participar de forma efetiva, certamente não iria acomodar todos e iria gerar aglomeração, o que não é permitido. O Vereador presidente registrou a seguinte pergunta de um internauta: As obras das Av. Getúlio Vargas, Deputado Castro de Carvalho e a Praça do Veríssimo podem ser consideradas eleitoreiras. O Sr. Afonso respondeu que, tecnicamente falando, o Dadetur olha com maus olhos a aplicação essas obras e outras de infraestrutura, pois a prioridade desses recursos é no fortalecimento dos equipamentos de interesse turístico. O Sr. Secretário de Turismo frisou que os valores dessas obras somam a importância de mais de sete milhões de reais. Se todo esse valor fosse destinado ao balneário, este já teria sido finalizado. Seria um atrativo turístico funcionando no município. Por fim, o Sr. Bruno Kim parabenizou o Vereador Fabrício, presidente da Comissão da Câmara de Turismo, pelo entendimento da emergência de tentar conseguir resolver esse problema da perda do título de estância turística de Poá, e não mediu esforços para a instalação dessa audiência pública para tratar desse assunto. Também agradeceu a Vereadora Patrícia Bin que está ajudando bastante nessa questão. Agradeceu igualmente a presença do Vereador Rogério Mathias. Também registrou uma fala da Prefeita que reafirma o compromisso com a cidade de tratar esse assunto com a maior transparência e com o comprometimento que merece. No mesmo dia de quatro de setembro, em que se soube do mencionado projeto de lei, ela determinou a criação de um comitê de gestão de crise, onde tem seis ou sete pessoas, e logo neste dia foram todas diversas ações políticas e técnicas. Quanto a aproximação da gestão Municipal com a gestão Estadual, pelo fato de serem

do mesmo partido político, fez a seguinte alegoria: Por mais que tenhamos uma feição e uma amizade, carinho com nosso professor, e não estudarmos para a prova, não fizermos a lista de trabalho, talvez não vamos passar de ano. E infelizmente foi isso que aconteceu. Também comentou sobre a pergunta do Vereador sobre a abertura de sindicância. Ponderou que a atual gestão não tem nenhum interesse de olhar para o passado, pois está comprometida com a resolução do problema. Mas a sindicância foi aberta, porque é algo que é exigido a apuração de responsabilidades. A gestão da Prefeita está comprometida com o diálogo permanente com os Vereadores de Poá, mas que é uma pena apenas três Vereadores presentes na audiência pública. O Vereador Rogério registrou suas palavras finais dizendo que a perda do título de estância turística é um peso que a atual Prefeita irá carregar, mas não foi ela que causou isso. E devido a pandemia, a situação ficou pior ainda. Por isso, a importância apuração das responsabilidades pela sindicância. Não que isso vá resolver, mas para mostrar que o problema não é apenas dessa gestão, e o que é correto precisa ser dito sim. Agradeceu o trabalho do Secretário, do Sr. Afonso e do Sr. Bruno Kim. E por fim, espera que a cidade de Poá não perca o seu título de estância turística. A Vereadora Patrícia Bin ressaltou que há algumas medidas legislativas que estão sendo propostas para reverter esse risco da cidade de perder esse título. O Sr. Vereador Fabrício agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a sessão.

FABRÍCIO BRASA CHOPP
Presidente da Comissão de Cultura e Turismo

WELSON LOPES
Membro

PATRÍCIA BIN
Secretária